

ANC  
P2

## Já se é parlamentarista

A Constituinte preparou, diligentemente, uma armadilha para comprometer o presidencialismo: ao completar a votação do Capítulo I da Organização dos Poderes, hoje, provavelmente terá estruturado o Poder Legislativo de tal forma autônomo em prerrogativas, devolvidas e ampliadas, que será insusceptível de convivência com o regime presidencialista. Haverá uma crise de enfrentamento de poderes se não for aprovado o parlamentarismo, dadas as novas atribuições de fiscalização e controle de que se investiu o Legislativo.

Não terá sido obra ocasional: o texto é muito bom, nascido de idéias concebidas ainda na fase de reunião das subcomissões e depois consolidadas na Comissão de Sistematização. O texto faz jus ao esforço de líderes parlamentaristas, como o relator Bernardo Cabral, que se aplicaram na forma definitiva de um diploma que consagra a prevalência do Poder Legislativo sobre os demais. Afinal, é o povo, e são os estados que ali falam. No Executivo não se fala: apenas se executa.

O que a Assembléia Nacional Constituinte acaba de aprovar é algo totalmente incompatível com a emenda presidencialista do senador Huberto Lucena que, a prevalecer nas votações das próximas terça e quarta-feiras, criará um impasse constitucional, pois poderá ser derrubada mais tarde por emenda supressiva, e tal emenda não será capaz de suprimir o Poder Legislativo reincorporado em suas prerrogativas.

Por argúcia, lógica ou intuição — quem observa agora é o deputado Marcelo Cordeiro, primeiro-secretário da Assembléia — os constituintes chegarão ao modelo de esforço do Parlamento, antes das tratativas de cúpulas que poderão até conspurcar o verdadeiro parlamentarismo. Mas dificilmente o conseguirão: para coexistir com o poder Legislativo tal como foi concebido, o parlamentarismo terá que ser puro. Senão será derrubado pela própria fonte de seu poder — o poder parlamentar.

Os novos institutos criados para o funcionamento do Poder Legislativo, adverte o Sr. Marcelo Cordeiro, estabelecem tal estrutura do acompanhamento dos demais poderes que será fatal um choque no futuro entre um eventual presidencialismo, aprovado na sua forma ortodoxa, e através de pressão do Executivo para mantê-lo a ferro e fogo. Pior, ainda, situa-nos o parlamentar pela Bahia, será essa convivência no caso de o presidencialismo ter sido aprovado por margem estreita de votos, o que ressaltará uma divisão de tendência que o tornará ilegítimo e fragilizável perante um Legislativo ativo e fiscalizador.

Foi bom que houvesse uma trégua de fim de semana para que as cabeças pensantes da Constituinte possam refletir melhor nessa situação de confrontação que se delinha. O parlamentarismo já vive, através de um Poder Legislativo recuperado de seu antigo secundarismo. Hoje é a força principal do processo.

CORREIO BRAZILENSE